

1- Justaposição de metáforas: construindo novos objetos de estudo

A necessidade de compreender experiências de recepção e produção de bens culturais, em determinadas comunidades de baixa renda da Cidade do Rio de Janeiro do início do século XXI, me levou à elaboração de uma série de metáforas operacionais e em consequência, a alteração de perspectivas teóricas. Tal trabalho de pesquisa se apresenta em diálogo com os questionamentos que encontramos no plano da produção teórica contemporânea e, ao mesmo tempo, nas ações sociais e políticas de caráter identitário, surgidas na história contemporânea brasileira. Desta forma, este capítulo apresenta o processo de mudança de minha reflexão teórica, que abordou inicialmente práticas leitoras em cursos de pré-vestibular comunitário e, depois, passou a tratar dos processos de interação entre produção e recepção de bens culturais, alteridade, identidade e construção social da realidade.

Em 2002, após dois anos estudando diferenças sociais, acesso à leitura e contato cultural, percebi que a minha forma de pensar essas questões se identificava com a metáfora, criada por Silviano Santiago¹, na qual o sistema literário brasileiro é considerado semelhante a um rio subterrâneo que não toca as margens que o configuram. Desta maneira, construí uma perspectiva na qual as experiências por que passei como pesquisador de práticas leitoras coletivas no curso comunitário de Vila Isabel, eram percebidas como uma espécie de ponte de ligação entre as margens e o rio. Digo isso, pois, em tais atividades, nós realizamos leituras coletivas de diversos textos, através de uma apreensão da literatura, fora dos limites impostos pela formação escolar. Assim, eu percebi que

¹ SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura Anfíbia*. In: O cosmopolitismo do pobre. Belo Horizonte: Ed ufmg, 2004. p.64-73.

foi possível construir sulcos nas margens em direção ao rio subterrâneo. Em outras palavras, os participantes experimentaram recepções mais espontâneas e criativas, fora das normas geralmente estabelecidas por suas escolas, nas quais a leitura de texto literário costuma ser regulada pela necessidade de conduzir os alunos a conhecimentos específicos em relação a temas, estilos, biografia de autores e contextos de obras canônicas, e de avaliá-los através de testes e provas.

Em pouco mais de um semestre de atividade, já me dava conta de que a leitura coletiva permitia a formação de espaços de troca de experiências, onde os participantes se apresentavam cada vez mais ativos, críticos e capazes de relacionar suas leituras dos textos, com a de outros produtos culturais oriundos dos meios massivos eletrônicos, predominantes nas suas vidas cotidianas. A partir desse momento, encarei aquela realidade como se fossem as águas do sistema literário que fertilizaram o rico solo daquela pequena parte da margem, um solo híbrido, constituído de anos de sedimentação de experiências coletivas e oralizadas pela força invisível e penetrante das frequências das emissoras de rádio e TV.

Desta maneira, na dissertação intitulada “Contato cultural e ação política em práticas leitoras coletivas: Reflexões sobre os encontros de leitura no curso pré-vestibular comunitário de Vila Isabel”², procurei formular uma análise teórico-metodológica das rodas de leitura, nas quais, durante dois semestres, lemos coletivamente diferentes formas de textos, de outras expressões artísticas, indo desde obras de autores canônicos da literatura, até programas de televisão. Entretanto, no desenvolvimento da pesquisa, o meu campo de estudos deixou de ser exclusivamente o ato da leitura, passando para as relações políticas e culturais que essa prática leitora proporcionou para um grupo de pessoas, atuantes num movimento de democratização do acesso ao ensino superior. Essa característica também foi determinada pelo fato de que todas as minhas atitudes, reações e reflexões, enquanto coordenador das atividades, passaram a ser também objeto de estudo.

Neste deslocamento de foco, no qual minhas próprias ações passaram a ser observadas, foi possível reconhecer pequenos detalhes fundamentais para o exame das funções sociais da leitura coletiva, tais como: a existência ou não de

²Silva, L. A. *Contato cultural e política em práticas ação leitoras coletivas: Reflexões sobre os encontros de leitura no curso pré-vestibular comunitário de Vila Isabel*

pessoas e instituições que escolhem os textos a serem lidos e impõem determinados sentidos aos mesmos, bem como a presença ou ausência de hierarquia entre as interpretações e outras questões semelhantes.

Dialogando com essa perspectiva teórico-metodológica, consegui perceber que a produção de sentidos, realizada por cada participante, nos encontros de leitura, proporcionou a construção de um campo de reconhecimento das diferenças, determinadas por distintas experiências de vida e de leitura. E, ao mesmo tempo, comecei a encarar a leitura além dos limites textuais, reconhecendo os outros elementos envolvidos na atividade, tais como: o suporte material dos produtos culturais (uso de fotocópias de partes de livros, CDs, cópia em VHS de filmes transmitidos pela Tv e outros), a interação entre vários bens culturais, a transgressão dos limites socialmente estabelecidos entre alta cultura, cultura popular e cultura de massa, as diferenças entre ler coletivamente e ler individualmente e a historicidade do contexto no qual o grupo estava inserido.

No fim da pesquisa, cheguei à conclusão, não definitiva, de que a leitura coletiva, realizada por esses participantes de um movimento social contra a exclusão ao acesso à universidade, tornou-se uma forma muito produtiva de contato cultural, já que foram negociados os limites sócio e culturalmente estabelecidos entre o universo da literatura (campo dominado geralmente pela elite letrada), o espaço da mídia eletrônica globalizada e os movimentos sociais contemporâneos que lutam por direito à cidadania.

Assim, passo a argumentar que a experiência, desenvolvida no curso comunitário de Vila Isabel -- com o objetivo inicial de desenvolver a capacidade interpretativa de um grupo de pessoas que compõem o setor dito marginalizado da sociedade -- transformou simples encontros de leitura num espaço de diálogo e questionamento da função e funcionamento das sociedades atuais, e principalmente da nossa. Foi através da recepção de um amplo espectro de objetos - filmes hollywoodianos, textos de autores canônicos da literatura brasileira, videocliques, músicas de diversos gêneros nacionais e internacionais - que esse grupo de jovens conseguiu produzir reflexões variadas e complexas, sem se atrelar aos saberes exclusivamente acadêmicos e muito menos ao consumismo alienante, incentivado, em grande parte pela mídia eletrônica.

A cada encontro realizado com esses estudantes do curso comunitário, eu conhecia melhor os limites dos caminhos teóricos que tinham

construído parte da minha perspectiva analítica. Entretanto, descobri que, diante desses limites, poderia adotar a mesma postura questionadora, sustentada na atividade, em relação às muitas correntes teóricas, considerando-as como leituras passíveis de diálogo entre si, sem nenhuma rigidez hierárquica.

Ao mesmo tempo, todo esse processo de abertura para a pluralidade de saberes me atingiu de tal forma que me fez também repensar radicalmente todos os modelos e posturas, incorporados por uma pessoa que passou pela formação acadêmica. No momento em que percebi manifestações de tais modelos nas minhas intervenções nos debates, decidi, com a concordância de todos, que cada participante escolheria o material (textos, imagens, filmes e vídeos) para as próximas atividades e passaria a mediá-las. Essa mudança de comportamento revelou um novo mundo de acervos pessoais muito diversificados, nos quais encontram-se desde versões filmadas de peças de Shakespeare, até histórias em quadrinhos. Assim, permitimos o surgimento de situações marcadas pelo imprevisível e pela possibilidade de contatos culturais produtivos. Trata-se de trocas simbólicas criadas a partir do prazer de compartilhar leituras, idéias, reflexões e do desejo de participar de fato de um movimento de democratização da cultura.

Por outro lado, após a conclusão da dissertação, passei a questionar determinadas concepções que utilizei na pesquisa e a observar que na verdade nos cursos pré-vestibulares de Vila Isabel e da Mangueira, são construídos outros espaços alternativos de contato cultural, através da participação de outros tipos de grupos minoritários. Esses dados, sobre os quais venho refletindo recentemente, levaram-me a planejar uma investigação mais ampla, baseada na análise de práticas culturais como as atividades realizadas por esses grupos de afirmação identitária.

Tanto no pré-vestibular da Mangueira, quanto em Vila Isabel, os alunos estão sempre recebendo visitas de grupos como Atobá, grupo *gay* que atua ministrando palestras aos discriminação contra dos homossexuais, o MNU, Movimento Negro Unificado, CRIOLA, grupo feminista de mulheres negras, o MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e outros. Além disso, alguns dos participantes dos pré-vestibulares também atuam em grupos desta natureza como no caso do Grupo Mulheres de Atitude, grupo feminista formado por participantes e coordenadoras do pré-vestibular comunitário da Mangueira.

Todo esse conjunto de ações se apresenta como novos campos para as investigações que venho desenvolvendo, pois reconheci que a concepção de contato cultural, construída na dissertação, estava ligada apenas à questão política da transgressão de limites entre alta cultura, cultura de massa e cultura popular, realizada nas leituras coletivas, especificamente, através da escolha dos produtos culturais de registros diferenciados e nas formas de leitura dos mesmos. Agora estou visando outro plano de contatos culturais, plano mais amplo em que a ação política também está baseada nos movimentos identitários de reação aos vários modelos de exclusão social e não somente à reivindicação de acesso ao ensino superior.

Ao assistir as palestras proferidas pelos grupos acima referidos, verifiquei que eles também produzem vídeos, poemas, folhetos e outros tipos de discurso sobre histórias de preconceito e discriminação racial, sexual e social. Além disso, muitas vezes são realizadas oficinas, com simulação de discriminação e até mesmo peças de teatro são montadas. Ou seja, abriram-se diante de mim muitas possibilidades de ampliação do foco de análise, passando a incluir, além da recepção cultural, os processos de produção literária, artística, multimídia e até teórica, articulados por cada grupo envolvido nas atividades.

Acredito que essas ações influenciam o reconhecimento, por parte dos grupos “minoritários”, de que, no plano cultural, os grupos reconhecidos dominantes determinam as obras a serem lidas e a forma como lê-las. Desta maneira, esses movimentos sociais não só identificam o caráter cultural, político e social da formação de cânones, mas buscam promover reações à imposições e determinações de cânone do grupo dominante, através de diferentes processos de recepção e produção dos bens culturais e de sua valorização.

Em suma, após terminar a dissertação, momento no qual me preocupava apenas com a questão da leitura como contato cultural, comecei a perceber que estava lidando com um conjunto de experiências muito complexas e plurais. Assim, percebi que somente o enfoque das práticas leitoras não dava conta da transposição do limite das margens para o rio, como, por exemplo, sua ligação com outros movimentos sociais e identitários.

1.1- Rizomas , movimentos sociais e reflexões teóricas

Seguindo a necessidade de compreender outras práticas sociais e movimentos políticos, fez-se necessário construir um novo objeto de estudo que correspondesse a uma espécie de interseção entre campos de estudos que geralmente se apresentam separados: os estudos relacionados à recepção dos discursos, imagens e objetos em circulação no domínio público e os estudos sobre a produção artística e política de grupos minoritários, ou seja, a interação entre recepção/produção de bens culturais e ações de grupos políticos, criados pela necessidade de garantir um espaço na sociedade a partir da afirmação de suas opções sexuais, origem social e étnica.

Na metáfora inicial do rio subterrâneo, existe a dicotomia entre margem e centro. Para tornar essa imagem mais adequadamente operacional, possibilitando também um raciocínio livre de relações dicotômicas, imaginei outra metáfora, esta abrangente, que desse conta das interações entre os diferentes sistemas e incluísse, além das oposições, os movimentos complexos em direções divergentes. Com tal objetivo, passo a incluir a imagem do rio subterrâneo num “ecossistema”, onde se podem imaginar outros rios cujo ímpeto chegue a corroer incontrolavelmente suas margens, o que significaria a destruição dos limites entre margem e centro. Tratando-se de um ecossistema, estamos considerando interações onde a preocupação não pode estar exclusivamente fixa na margem ou no centro, pois nos proporciona uma constante construção de mapas, uma cartografia, sempre aberta e dinâmica. Nesse sentido, seguirei esse estudo a partir da metáfora do ecossistema, onde o rio subterrâneo, as margens e a vegetação das bordas estão todos em interação.

Segundo Eugene P. Odum³, ecossistema é a unidade que inclui a totalidade dos organismos (isto é, “comunidade”) de uma determinada área e que interage com o ambiente físico, à maneira como uma corrente de energia é conduzida a uma estrutura trófica (alimentar), a uma diversidade biótica (organismos vivos) e a ciclos de materiais. Isso significa, troca de materiais entre partes vivas e não vivas.

O caráter interacional e interdependente do ecossistema é que lhe permite funcionar como uma metáfora mais próxima da complexidade que envolve a recepção/produção de bens culturais e as ações sociais num

³ Eugene Plesants Odum. *Fundamentos de ecologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 2001

determinado contexto. Em retrospecto, afirmo que todos esses movimentos conduziram o meu pensamento para uma dimensão sistêmica, porque ao considerar metaforicamente a existência de um ecossistema e não apenas de uma relação dicotômica entre margem e rio, estou, na verdade, me aproximando de pressupostos e perspectivas teóricas de caráter sistêmico. Desta forma, passo a considerar a coexistência de diferentes sistemas tais como: o político, o econômico, o artístico, o educacional e outros em suas interações com o sistema literário e os movimentos sociais.

Além disso, busco compreender como os bens produzidos por sujeitos, através do sistema artístico e literário, podem realizar movimentos rizomáticos nas suas interações com ações políticas dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, tenho interesse de examinar situações nas quais os sistemas artístico e literário entram em conflito com a imposição de lógicas dicotômicas, maniqueístas, oriundas de determinadas formas de pensamento e visão de mundo, impostas por sistemas políticos e econômicos.

Seguindo esse caminho, apresentarei a princípio as mudanças que configuram meus pensamentos, pois tais mudanças apresentam o deslocamento do uso das teorias literárias destinadas exclusivamente à compreensão da recepção de textos, para as teorias de base sistêmica onde a preocupação está centrada na formação e manutenção do sistema literário, ou seja, ações de produção, distribuição, circulação, recepção e crítica de bens culturais. Em termos metafóricos, a construção deste campo de estudos corresponde à justaposição de imagens da natureza. Sendo assim, à minha perspectiva sistêmica é adicionada a metáfora do rizoma, uma poderosa metáfora criada por Gilles Deleuze e Félix Guattari, no sentido de que as ligações entre os elementos que formam um sistema e as relações entre um sistema e outros sistemas, conforme nos apresenta a idéia de um ecossistema, são realizadas por movimentações rizomáticas.

Na introdução da obra *Mil platôs*⁴, os autores Gilles Deleuze e Félix Guattari estabelecem dois tipos representativos do objeto livro. Um tipo consiste na figura do livro-raiz que está de acordo com a idéia de que a raiz é a imagem da árvore mundo, uma raiz fixa e estruturada por uma lógica dicotômica e binária. O livro-raiz segue a lei do Uno que se torna dois e do dois que se torna quatro e

⁴ Deleuze, Gilles. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. P11-37.

assim por diante, isso quer dizer que o livro-raiz controla a multiplicidade a partir de uma forte unidade principal, que é suposta para atingir progressivamente duas, de acordo com o seu método espiritual, sem nunca compreender a multiplicidade.

Por outro lado, o segundo tipo de livro é representado no sistema-radícula, ou raiz fasciculada (rizoma). Aqui, a raiz principal é destruída ou abortada na sua extremidade e, ao mesmo tempo, é enxertada por uma multiplicidade de raízes secundárias que deflagram grande desenvolvimento. O desenvolvimento destas raízes secundárias se dá a partir de um tipo de multiplicação que se acrescenta a uma dimensão superior. O deslocamento acontece no plano horizontal, onde o uno faz parte do múltiplo, subtraindo-se a este. Retirar o único da multiplicidade a ser constituída: escrever sob a forma n-1. Esse sistema é denominado pelos autores de rizoma. O rizoma pode ter formas diferentes e até transcender os limites da botânica.

Neste texto, os autores nos apresentam quatro características do rizoma: Conexão/heterogeneidade, multiplicidade, ruptura e cartografia. Em relação à conectividade, diferentemente das árvores ou das raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O princípio de multiplicidade se manifesta quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que não tem mais nenhuma relação com o Uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem-mundo. O rizoma é caracterizado também pela sua capacidade de ruptura, pois é oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques. O rizoma, seguindo o seu princípio de cartografia, se refere a um mapa que deve ser produzido, construído de forma desmontável, conectável, reversível, modificável, com diversas entradas e saídas com as suas linhas de fuga.

A princípio, passei a traduzir a rede de movimentos sociais, ligados aos cursos comunitários, em movimentos rizomáticos, como se a margem do rio subterrâneo fosse formada por uma vegetação de rizomas que se alastra aleatoriamente tanto em direção ao rio quanto às margem. Entretanto, o rizoma deleuziano não remete exclusivamente à vegetação, mas funciona como uma imagem de um sistema-radícula que pode estar presente em qualquer tipo de ação regida pela multiplicidade e não por uma lógica dicotômica e binária. Nesse

sentido, acredito que a imagem que o próprio Deleuze elabora para o caráter rizomático da interação entre o rio e suas margens, pode representar de forma mais clara, essa minha experiência. Pois segundo Deleuze:

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e”(...) E é a literatura americana, e já inglesa, que manifestaram este sentido rizomático, souberam mover-se entre as coisas, instaurar uma lógica do E, reverter a ontologia, destituir o fundamento, anular fim e começo. (...) É que o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início e sem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio.⁵

A justaposição das metáforas do rio subterrâneo e do rizoma, está bem nítida nesta afirmativa de Deleuze e Guattari, de que o rizoma pode comparar-se a um riacho que rói suas margens e adquire velocidade no meio. Desta forma, como partes de um ecossistema, a situação do rio subterrâneo com suas bordas intocadas, enquanto lugar fixo e estático entre margem e centro mantém uma lógica binária e dicotômica. Os movimentos rizomáticos da corrente impetuosa ou das margens cobertas de vegetação incontrolável, transcendem essa dicotomia e nos levam para não-lugares, para fora de uma realidade fixa e pré-estabelecida, mantendo nos em meio a constantes processos de formação de realidades.

1.2 Construindo uma perspectiva teórica.

O meu pensamento passou a seguir os movimentos rizomáticos do mundo prático. Por essa razão, pretendo desenvolver um diálogo com perspectivas que buscam construir pressupostos e conceitos que me ajudem compreender possíveis relações estabelecidas entre recepção e produção de bens culturais e ações políticas. Pode-se afirmar, assim, que tal procedimento reflexivo-analítico, constrói seu objeto de estudo nas relações de sujeitos com a alteridade, através do

⁵ Ibid., p.37

papel que as ações humanas que denominamos arte e política, podem desempenhar em tal processo.

Enfim, irei demonstrar como a estrutura teórica deste estudo é construída a partir de vários deslocamentos rizomáticos. Cheguei a tal conclusão, ao identificar os limites das teorias do efeito estético e da estética da recepção, e passei ao exame da contribuição da teoria da leitura como contato cultural para esse tipo de estudo. Termino com esta apresentação das mudanças de concepção teórica em diálogo com as teorias sistêmicas da arte e da literatura, na intenção de compreender como ocorrem interações sistêmicas dentro de determinados “ecossistemas”(espaços sociais), isto é, entre os sistemas de arte e literatura e os demais sistemas sociais.

1.2.1 - Mudanças na teoria da literatura: da recepção e do efeito aos sistemas sociais complexos.

Pretende-se fazer um panorama histórico do desenvolvimento de algumas correntes da teoria da literatura, surgidas no pós-guerra, na intenção de compreender como se configuraram a preocupação com o leitor, com a diversidade política das sociedades contemporâneas e a interação desses temas. Desta maneira, será destacado o processo de formação de teorias destinadas a compreender o papel do leitor. Em seguida, procurarei entender como e porque a dimensão social dos leitores não será considerada nas duas correntes teóricas mais divulgadas no meio acadêmico ocidental: a teoria do efeito estético e a estética da recepção. E, por fim, destacarei a questão das interações entre dimensão social, alteridade e produção / recepção de textos literários a partir da análise dos pressupostos e conceitos da teoria da leitura como contato cultural, desenvolvida, por Gabriele Schwab, e das concepções sistêmicas e construtivistas do *reader-response criticism* e da Ciência da Literatura Empírica.

A preocupação com a interpretação no plano da teoria literária contemporânea, se remete ao contexto intelectual das universidades após 1945, quando houve uma forte expansão da educação superior. Em tal movimento de expansão, surgiram novas questões relativas ao papel cultural das instituições universitárias, aos questionamentos políticos ligados à identidades e à relevância das “disciplinas” definidas institucionalmente.

No contexto alemão, a criação da estética da recepção e da teoria do efeito estético está diretamente vinculada ao *status* dos estudos de literatura no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta. Seguiremos com o relato de Wolfgang Iser sobre esse contexto de formação, dessas duas correntes teóricas, no intuito de apresentar uma espécie de “auto-biografia” da formação de um tipo de perspectiva teórica, para depois compreendermos as mudanças de seus pressupostos e objetivos.

Segundo Wolfgang Iser⁶, criador da teoria do efeito estético, o surgimento dessas duas perspectivas teóricas se deu como uma resposta ao conflito de interpretações e ao impacto político da rebelião dos estudantes na época. Conforme essa retrospectiva histórica, o conflito das interpretações corresponde ao aspecto teórico deste contexto. A herança cultural se tornou um problema, pois não se dispunham mais dos parâmetros unificadores. Assim, o questionamento sobre seu significado faz eclodir um conflito sobre a interpretação. A postura do professor universitário alemão, de ser o detentor do sentido da obra, é questionada a partir do aparecimento de perguntas do tipo: “por que o sentido de uma obra literária haveria de mudar se as palavras e as frases se mantêm as mesmas?”. Nesse momento, então, começou a existir a consciência de que os pressupostos que sustentam a interpretação determinavam a significado do texto interpretado, e assim, torna-se necessário explicar e explicitar os pressupostos que moldam as interpretações.

Desta maneira, o conflito de interpretações é fruto justamente do ato de explicitar os pressupostos das interpretações e, conforme o relato de Iser, essa tarefa assumiu um perfil competitivo, pois cada tipo de interpretação tentava afirmar-se, ao negar o outro. A progressiva consciência dos limites das propostas interpretativas fez com que cada modelo de leitura começasse a usar os pressupostos dos outros modelos.

No momento em que se desenvolveu a reflexão sobre os pressupostos da interpretação, a questão da herança cultural foi considerada fundamental. As abordagens críticas que estavam em voga nesse contexto, buscavam a intenção do autor, o sentido que ele planejou dar ao texto, e o valor estético, na forma de

⁶ ISER, Wolf. Teoria da recepção: reação a uma circunstância história. In: Rocha, João Cezar de Castro (Org) *Teorias da ficção: indagações obra de Wolfgang Iser*.

reconciliação das partes da obra. Essas características da abordagem dos estudos, existentes no contexto citado, são permanências da concepção de arte do século XIX, na qual o autor era romanticamente considerado criador, quando a arte e a literatura receberam o *status* de uma espécie religião secular e a busca da harmonia, representava a idéia clássica de que a reconciliação dos opostos na arte era a única maneira de expressar a verdade.

Na perspectiva de Iser, situação na qual a literatura moderna se mostrou inacessível aos estudos literários, baseados nos critérios herdados do século XIX, provou a emergência de um problema hermenêutico, no qual os critérios de interpretação invalidados provocaram o surgimento de novas questões que as antigas respostas não conseguiam dar conta. Essas novas questões não teriam surgido se não existissem as antigas para serem substituídas. Nesse processo, ficou identificada a frustração de leitores diante de normas tradicionais de interpretação e a busca pela intenção autoral, foi substituída pelo exame do impacto do texto literário ou do processamento do texto por parte de um receptor, ou seja, o que ocorre com o texto no ato da leitura.

Paralelamente, os estudos literários foram influenciados pela rebelião dos estudantes alemães na década de 60, pois eles passaram a questionar a necessidade de se estudar literatura, por acreditar que essa forma de expressão artística era apenas uma representante da herança cultural que negavam. Neste sentido, a postura do professor de literatura, como uma espécie de proprietário das interpretações corretas das obras, fez com que aumentasse esse distanciamento entre os estudantes e os estudos literários. Por consequência, a teoria do efeito estético e a estética da recepção, correspondem, a uma reação, no plano da teoria, a esse contexto.

Na teoria do efeito estético, Wolfgang Iser busca compreender o que acontece com o receptor no ato da leitura de um texto literário. O texto é considerado um evento, um acontecimento que ultrapassa todos os sistemas de referência pré-estabelecidos. Ao mesmo tempo, essa reflexão tenta responder à questão de como as estruturas do texto prefigurariam o processamento feito pelo leitor. Outro ponto estruturante da teoria do efeito estético, consiste na crença de que existe uma transgressão no texto literário em relação ao contexto sócio-histórico no qual foi produzido, assim como, ao contexto dos seus receptores.

Nessa teoria, o intervalo entre o texto e o leitor é fundamental, já que se admite que o texto é processado na leitura. Nesse processo, a leitura transforma o texto num correlato neomático na mente do leitor. Isso ocorre, porque os textos são permeados de lacunas e negações que são negociadas no ato da leitura e conseqüentemente permite que o texto seja transplantado para a consciência do leitor.

Tal compreensão do ato de leitura está ancorada numa perspectiva filosófica fenomenológica. Isso explica porque a teoria do efeito estético se concentra no processo da leitura no qual o texto passa a ser um correlato na consciência do leitor e, ao mesmo tempo, não é enfatizada qualquer preocupação de ordem histórica, social e até psicológica de tal processo. Conforme Maurice Merleau-Ponty⁷, a fenomenologia consiste de uma filosofia que é, ao mesmo tempo, um relato do espaço e do mundo “vividros”, uma tentativa de descrição direta de nossa experiência tal como ela é, sem nenhuma referência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer.

Dentro desta visão fenomenológica, Iser afirma que o conjunto de lacunas e negações fornece ao texto característica própria de possuir sempre uma dimensão não explicitada, não formulada. Essa duplicação “vazia” do texto é chamada de negatividade. A negatividade, por não ser apresentada, só pode ser experimentada e não explicada. Além disso, a negatividade invalida a realidade manifesta. A negatividade, no verdadeiro sentido do termo, não pode ser deduzida das realidades referenciais por ela questionadas, e não pode ser a elas, vinculada.

O leitor é conduzido a conceber o motivo do questionamento do mundo produzido pelo texto, e passa a transcender esse mundo para observá-lo de um ponto de vista exterior a tudo aquilo em que, de outro modo, ele estaria inextricavelmente enredado. Para Husserl, conforme nos afirma Merleau-Ponty, nós humanos somos, do início ao fim da vida, relações com o mundo e a única forma de nos apercebermos disto, é suspendendo esse movimento relacional e recusando a nossa cumplicidade. Assim, a reflexão não se desloca do mundo em direção à consciência, na qualidade de fundamento do mundo, mas toma distância para ver surgirem as transcendências e para estender e apresentar melhor os fios

⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*

intencionais que nos ligam ao mundo. Nessas condições, a reflexão somente é consciência do mundo, pois o revela como paradoxal e estranho. É justamente esse movimento de transcender o mundo e as nossas intencionalidades, que a interação texto e leitor, proporciona. Na visão de Iser, a literatura nos capacita a observar de fora os fios que nos entrelaçam com o mundo.

Em outras palavras, a política, a economia, as identidades e as demais atividades humanas formam uma espécie de amarra responsável por nos prender a determinadas configurações que são transgredidas tanto na criação de textos literários, quanto na sua leitura. Por essa razão, o objetivo de compreender a dimensão política de práticas leitoras é completamente inviabilizado no plano da teoria do efeito estético.

Como a minha pesquisa tem justamente o objetivo de compreender as dimensões políticas e sociais de práticas de escrita e leitura, fui conduzido ao reconhecimento de que as teorias da leitura de base exclusivamente hermenêutica ou fenomenológica, tais como a estética da recepção e a teoria do efeito estético, não dão conta da complexidade de aspectos envolvidos em tal experiência. Isso porque, na teoria do efeito estético, Wolfgang Iser não incluiu, na sua análise descritiva do ato da leitura, o contexto social e histórico de leitores reais, mas sim apenas as interações entre texto e leitor enquanto estratégias textuais. O mesmo se pode dizer em relação à estética da recepção de Jauss, pois nesta perspectiva a historicidade de obras artísticas e literárias está reduzida ao diálogo do leitor com a obra, minimizando a relação que este leitor tem com o seu contexto social

1.2 2 - Perspectivas teóricas, conceitos e construção do conhecimento entre a Teoria da Leitura como Contato Cultural e a Ciência Empírica da Literatura.

A teoria da leitura como contato cultural, desenvolvida por Gabriele Schwab, professora da *University of California-Irvine*, consiste num tipo de reflexão sobre as dimensões psicológicas, culturais e políticas do ato da leitura -- aquelas que estão ligadas às operações de transferência e de contato cultural.

Dessa forma, o ato de ler é considerado uma operação de limites que possibilita negociações entre fronteiras marcadas por diferenças históricas, culturais e estéticas. Para fundamentar tal concepção, Gabriele Schwab procura definir como, a alteridade e o contato cultural, operam na produção e,

especialmente, na recepção literária⁸. O contato cultural é considerado, em termos gerais, aqui, não apenas enquanto contato entre duas ou mais comunidades com culturas diferentes, mas também nas situações em que o contato ocorre dentro de uma mesma comunidade.

A partir dessa perspectiva, é possível encarar como uma forma de contato cultural, a relação que a literatura estabelece entre seus leitores e a cultura na qual um texto literário é produzido e interage. Isso pode ser ampliado não só para os nossos hábitos individuais de leitura, como também para os processos em que somos socializados a partir dos nossos hábitos de leitura. A teoria liga a função cultural da literatura ao seu poder de nos afetar e de mudar práticas culturais ou interferir nelas. Entretanto, tais mudanças e interferências são freqüentemente provocadas por encontros com a alteridade que desafia suposições familiares, abrindo novas perspectivas, não só em relação ao texto, como também, em relação à realidade extratextual.

Literature, in other words, affects us most when it displays a resonating otherness or unfamiliar, if not uncanny, resonance. Aesthetic categories such as “innovation” or “defamiliarization” grasp the structural and aesthetic aspect of this phenomenon.⁹

Como outras formas de contato cultural, a leitura afeta as referências culturais tanto de leitores individuais, como de comunidades interpretativas, porque, ao atuarem como agentes de contatos culturais, as obras literárias interferem nos limites de suas próprias culturas. Por outro lado, os textos também configuram várias formas de socialização numa mesma cultura. Sendo assim, essas alterações de limites são determinadas pela história da leitura, de comunidades culturais e também de leitores individuais.

Segundo essa linha de pensamento, é possível entender os padrões culturais de relacionamento com a alteridade, como um assunto pedagógico, onde percebemos a existência de uma espécie de educação cultural que pode ser desenvolvida através da mudança de tipos históricos de atos da leitura. Em tal educação, as posturas “etnocêntricas” ou “egocêntricas” são transformadas a partir da transgressão de seus limites, que a recepção da alteridade do texto literário

⁸ SCHWAB, Gabriele. *The mirror and the Killer-Queen*. Otherness in literary language.

⁹ Ibid., p.10

proporciona. Isso se amplia para a própria questão da construção do conhecimento, onde o estudo da literatura torna-se um espaço, no qual, posturas etnocêntricas, sexistas e racistas são desafiadas. Enfim, essa teoria nos leva também para uma reflexão epistemológica sobre os estudos literários.

De um modo geral, Schwab chama atenção para o fato de que, no contexto contemporâneo, altamente tecnologizado e globalizado, existe a nítida troca de uma cultura literária por uma cultura visual, configurada na redução do espaço público e da atenção destinados à literatura. Entretanto, a literatura tem desenvolvido formas experimentais que afetam o ato da leitura. Conseqüentemente, nessas experiências literárias, inauguram-se contatos culturais diferentes daqueles que são promovidos na cultura estruturada pela mídia de massa e pelas novas tecnologias da informação. Tais experiências são criadas a partir do uso das diferentes formas de alteridade literária, histórica e cultural que encontramos, por exemplo, desde o alto modernismo até o pós-modernismo.

Outro aspecto importante, a que a teoria da leitura como contato cultural dá destaque, diz respeito às relações de poder que resultam em imposições de sentidos aos textos, nos contatos culturais estabelecidos entre leitores e textos de diferentes culturas ou entre leitores e textos de uma mesma comunidade cultural. Gabriele Schwab ilustra muito bem a questão das relações de poder na imposição de significados, ou na repressão a interpretações, quando seu trabalho analisa a experiência de Laura Bohannon, uma antropóloga norte americana, que, após uma discussão com um acadêmico inglês sobre a universalidade da obra de Shakespeare, decidiu fazer uma experiência de ler *Hamlet* para uma tribo do norte da África, chamada Tiv.

No início dos anos sessenta, Laura Bohannon estava em Oxford e, num certo dia, um amigo da mesma universidade disse para ela que os americanos freqüentemente têm dificuldades com as peças de Shakespeare, porque, antes de qualquer coisa, Shakespeare é um poeta inglês e qualquer um pode interpretar erroneamente o universal pela falta de entendimento do particular. Ela respondeu em protesto, afirmando que aquilo estava errado, pois a natureza humana é quase a mesma em todo o mundo, assim, a essência das grandes tragédias seria sempre clara em qualquer lugar. A experiência de leitura de *Hamlet* com os Tiv foi, então, realizada para provar a universalidade da obra de Shakespeare.

Entretanto, o contato dos Tiv com a narração de *Hamlet*, feita pela antropóloga, criou uma inusitada situação, na qual códigos culturais e pressupostos sobre interpretação, poder e hierarquia entre culturas e pessoas, entram em jogo a partir de práticas interpretativas. Para os Tiv, o ato de contar estórias é uma arte refinada e muito importante para sua vida social, pois todas as estórias contadas guardam um específico sentido verdadeiro. Dessa maneira, os anciãos são os que têm o poder de determinar o verdadeiro sentido das estórias, eventos, situações, ações e fenômenos da natureza.

Isso explica a reação que os anciãos dos Tiv tiveram ao ouvir a versão de *Hamlet* narrada pela antropóloga. Ela inicia a narração contando que, há muito tempo, uma coisa aconteceu: numa noite, três homens, que estavam vigiando o domicílio do grande chefe do povo deles, subitamente viram o chefe anterior se aproximar. Um dos anciãos perguntou porque esse homem, visto pelos vigilantes, não era mais o chefe e a antropóloga respondeu, dizendo que ele estava morto e que isso fez com que os vigilantes ficassem com medo. Um outro ancião argumentou, assustado, que seria impossível que aquela pessoa fosse o chefe morto, deveria ser um agouro de uma bruxa.

Laura Bohannon continuou sua apresentação do enredo da peça de Shakespeare, dizendo como o príncipe *Hamlet*, filho do chefe morto, ficou muito contrariado porque seu tio Claudius tornou-se o chefe e também se casou com a viúva de seu irmão mais velho apenas um mês depois do funeral. Para surpresa da antropóloga, um ancião afirmou que Claudius estava certo ao se casar com a mãe de *Hamlet* e que, se ele soubesse mais sobre os europeus, poderia realmente considerá-los semelhantes aos Tiv, pois, segundo a convenção social dos Tiv, o irmão mais novo deve-se casar com a viúva do seu irmão mais velho e se tornar o pai de suas crianças.

Mais surpreendente ainda, foi a conclusão que os anciãos elaboraram sobre toda a história, onde classificaram *Hamlet* como um vilão, pois xingou a sua mãe, matou Polonius e se rebelou contra o seu tio Claudius, que, conforme o esperado, casou-se com sua mãe e substituiu seu pai no reinado. E, assim, um dos anciãos se ofereceu, em nome de todos os demais, para ensinar à antropóloga o verdadeiro sentido das estórias que ela contava.

Por seu lado, Gabriele Schwab observa que Laura Bohannon, ao apresentar as reações e interpretações dos anciãos, estabeleceu um pacto com os

leitores ocidentais para estigmatizar a leitura dessas autoridades tribais como infantis, fora de lugar e delirantes. Em suma, através desse exemplo, Gabriele Schwab demonstra como a questão da repressão sobre interpretações está ligada aos valores e regras sociais, e às relações de poder estabelecidas entre culturas e grupos sociais de uma mesma cultura. Ao mesmo tempo, a forma de narrar e de encarar a alteridade, manifestada no ato da leitura de outras pessoas ou de outra cultura, também é configurada a partir das relações de poder que compartilham diferentes grupos sociais. No caso das estratégias retóricas, usadas pela antropóloga, estas representam o olhar colonizador dos ocidentais em relação a uma tribo africana, pois a forma usada pela antropóloga de contar a história de Hamlet foi muito semelhante as versões infantilizadas, criadas para se contarem os clássicos para as crianças.

Sendo assim, Gabriele Schwab inicia a apresentação das correntes teóricas e filosóficas que estruturam a sua idéia da leitura como contato cultural com uma crítica da corrente hermenêutica através do modelo dialógico de Gadamer e sua apropriação pela estética da recepção de Hans Robert Jauss.

Para a autora, o conceito de interpretação baseado num modelo dialógico oriundo da hermenêutica de Hans-Georg Gadamer, se tornou um dos mais proeminentes entre estudiosos da literatura, especialmente na sua apropriação crítica pela chamada Escola de Constança, denominada Estética da Recepção de Hans Robert Jauss.

Para Gadamer, o termo “interpretação” significa o papel de tradutor e mediador entre as linguagens de diferentes culturas. Interpretação neste sentido, é uma modalidade antropológica do ser que completa uma mediação que nunca foi completa entre seres humanos e o mundo. Sendo assim, os textos servem como objetos intermediários, em tal mediação. Schwab continua a descrição dizendo que, sendo na interativa e dialógica, a teoria da interpretação de Gadamer não considera o significado de textos literários como fixo, mas sim, criado pelos leitores, cuja atividade media o “horizonte” de um texto - sua alteridade histórica ou lingüística com os seus próprios horizontes.

É deste ponto da teoria de Gadamer, que Hans Robert Jauss desenvolve a sua teoria da recepção literária, onde é argumentado, que os leitores realizam uma fusão de horizontes para receber historicamente textos literários remotos. De acordo com essa perspectiva, um evento estético apenas ocorre,

quando um texto resiste a tal fusão e nega confirmar as expectativas e pré-concepções dos leitores. Desta forma, tanto para Gadamer quanto para Jauss, a recepção de uma obra literária é uma experiência de alteridade. Porém essa alteridade não é dada e nem pode ser encontrada num texto, mas surge apenas como um efeito de expectativas frustradas a respeito de normas estéticas, gostos e preconceitos culturais procedentes das próprias tradições e da história dos leitores. Alteridade não é, nessa visão, propriedade dos textos, mas é criada na produção do significado. Como as obras passam de um contexto cultural e histórico para outro, seu significado e sua relação com a alteridade mudam correspondentemente, porque serão recriadas dentro de um novo horizonte de expectativa.

Entretanto, Schwab nos chama a atenção, para o fato de que existe uma ênfase da hermenêutica gadameriana na apropriação da alteridade cultural apenas dentro da sua própria tradição cultural, ou seja, considera-se apenas a alteridade histórica da tradição cultural ocidental. Essa visão ignora o caráter violento que apropriações interculturais estabelecem. Sendo assim, preconceitos raciais, culturais, sexuais que, segundo Schwab, podem determinar a interpretação de obras literárias, não entram no horizonte de Gadamer.

Por outro lado, Gabriele Schwab ampliará alguns conceitos da teoria do efeito estético de Iser, desviando-se em direção ao estudo das dimensões psicológicas, culturais e políticas do ato da leitura -- aquelas que estão ligadas às operações de transferência e de contato cultural. Isso porque, segundo o seu ponto de vista, enquanto a Gadamer e Jauss estruturaram as suas teorias da recepção literária num modelo interpessoal, o conceito de Wolfgang Iser de leitor implícito, contrariamente enfatiza a dimensão comunicativa inerente aos próprios textos. O leitor implícito de Iser não se refere a um leitor individual e empírico, mas sim as estratégias de comunicação do texto, que exerce um certo controle, por convidar ou privilegiar, respostas específicas. O leitor implícito é uma ação textual que ativamente, confirma, interfere e rompe com um padrão de comunicação de uma cultura que está presumidamente internalizado por seu leitor. Desta forma, Iser irá se preocupar com o aspecto interativo da leitura em detrimento da tentativa de compreender a ação de leitores individuais, cujas respostas nunca poderão ser verificadas face a face.

No entanto, Schwab nos lembra, que a metáfora da interação refere-se a ações textuais que guiam a recepção de leitores que ativamente “processam” o texto. Ou seja, a autora nos mostra que para Iser a interação texto e leitor se refere a um leitor individual, onde começa a transferência de sentido que somente será bem sucedida se o texto conseguir ativar certas disposições da consciência do leitor – a capacidade de apreensão e de processamento.

A concepção da leitura como contato cultural consiste, em parte, numa alteração de alguns conceitos de Iser, principalmente por considerar os modos histórico e psicológico de processar os textos concretos, incluindo os modos do inconsciente. Processar o texto, para Schwab, é muito mais que uma transferência neutra, é uma transferência pesadamente investida entre leitor e texto, que pode ser entendida, como um processo no qual a formação psicológica e cultural da alteridade é trazida para o jogo. A noção de transferência permite também que se perceba o texto literário como uma ação que convida a uma certa interação ou, mais precisamente, uma certa projeção controlada. Assim, os textos são vistos como ações ativas que produzem certos efeitos subjetivos em seus receptores, possibilitando, então, uma forma de contato cultural que transforma ambos em agentes envolvidos.

Em suma, percebemos que a teoria de Schwab corresponde a uma inversão daquilo que consiste o pensamento de Wolfgang Iser sobre efeito e também produção de textos literários. Ou seja, enquanto Iser está preocupado em apresentar o caráter neutro da experiência literária como um espaço performativo no qual podemos nos desligar das limitações culturais e históricas em que estamos inseridos, Gabriele Schwab procura demonstrar como, nossas bagagens culturais e históricas, são trabalhadas e são negociadas com outras formas culturais através da leitura e da escrita de textos literários.

Esse deslocamento teórico do ponto principal da obra de Iser é muito bem apresentado na conferência, que Gabriele Schwab proferiu no VII Colóquio da UERJ, intitulada, ‘Se ao menos eu não tivesse de manifestar-me’: a estética da negatividade de Wolfgang Iser”¹⁰ onde são analisadas as questões fundamentais das diferentes fases da obra de Iser, partindo da teoria do efeito estético até a antropologia literária. Nessa comunicação, Schwab, destaca a contribuição da

¹⁰ SCHWAB, Gabriele. Se ao menos eu não tivesse de manifestar-me”: a estética da negatividade de Wolfgang Iser. p. 35-45

obra de Iser aos estudos literários atuais e, principalmente, mostra como a teoria da leitura como contato cultural, que ela propõe, foi influenciada por essa visão teórica.

A pergunta referente à necessidade humana de ficções, segundo Schwab, motivou a criação da teoria de efeito estético, como também a antropologia literária, propostas por Iser. Além disso, a autora nos adverte de que as tentativas de responder essa pergunta significaram a legitimação dos estudos de literatura. Tal legitimação foi muito importante, tanto no contexto dos anos sessenta e setenta, quando o *reader-response criticism* surgiu, quanto é para os dias atuais. Isso porque, hoje, percebemos, de um lado, a perda de espaço do discurso ficcional para a cultura midiática e, de outro, o surgimento de uma nova tendência antropológica dos estudos de literatura, uma tendência que se instalou com o advento do novo paradigma cultural e sua ampliação nas disciplinas das ciências humanas.

A outra questão fundamental da obra de Wolfgang Iser é representada pela condição que, segundo Schwab, Samuel Beckett formulou na seguinte frase: “Se ao menos eu não tivesse de manifestar-me”. Isso consiste no desejo, percebido nas entrelinhas iserianas, de escapar de qualquer determinação que estabeleça seus pressupostos epistemológicos e sua posição política. Além disso, a negatividade, representada por essa condição, é tema dos estudos de Iser, e simultaneamente, o principal elemento que estrutura toda sua obra.

Gabriele Schwab nos explica como a leitura, na concepção de Iser, é entendida em termos de transferência, processamento, mediação ou tradução, onde a interação entre leitor e texto, é apoiada na negatividade e na indeterminação, como formas de contato. Porém, a indeterminação e a negatividade também estão presentes na construção do texto literário, e assim, a determinação é excluída, tanto da leitura quanto da criação literária, na perspectiva de Iser. Em suma, é muito claro que esse modelo teórico mantém a literatura e até as suas premissas epistemológicas, numa espécie de abstração, na qual questões de ordem histórica, psicológica ou cultural não estão envolvidas.

Voltando à pergunta sobre a necessidade humana de ficção, a autora afirma que Iser não responde a essa questão, dizendo que precisamos moldar a nós mesmos e também ao nosso mundo. Ao contrário, argumenta que, ao nos

“duplicarmos” através da ficção, estamos “desfazendo” a nós mesmos na tentativa de escapar da prisão em que nos confinam as determinações culturais, históricas e psicológicas.

Em termos teóricos, essa mudança pode ser representada pela inclusão do conceito de “encenação”. A noção de encenação, em Iser, complementa o ato da leitura e é o que permite atos performativos nos quais indivíduos e até culturas duplicam a si mesmos. É justamente nesse ato que os seres humanos conseguem encenar a diferença existente entre “ser quem são” e “ter a si mesmos”. Considerando que o “ter a si mesmo” significa autoconhecimento, então, Iser argumenta que existe uma alteridade intrínseca nos seres humanos que provoca o desejo de auto-representação e auto-exploração, e é esse tal desejo que origina a necessidade de ficção.

Gabriele Schwab conclui sua análise afirmando que, na visão iseriana, a literatura não é um simples complemento ou compensação, mas é o que nos propicia entrar em contato com algo que não conseguimos vivenciar ou conhecer de maneira consciente. Segundo a autora, essa é a perspectiva que mais influenciou a sua própria teoria, teoria na qual a leitura é entendida como uma forma de contato cultural.

No enfoque da leitura como contato cultural, Schwab constrói uma nova visão teórica e metodológica a partir do questionamento da inexistência de um papel cultural na noção iseriana de alteridade intrínseca, com que entramos em contato por intermédio da literatura. A base dessa teoria é claramente apresentada na pergunta que Gabriele Schwab fez diretamente para Iser: “De que forma a alteridade intrínseca aos seres humanos está relacionada ao Outro ou é constituída pelo Outro, seja um Outro ser humano, seja um Outro cultural, seja uma alteridade simbólica?”¹¹

Sendo assim, a autora se prende especialmente à noção iseriana de transferência, entretanto trabalha uma noção de transferência que requer uma base psicológica, cultural e social. Aqui, a transferência do texto ao leitor é concebida como um processo que opera coletiva e individualmente; tal base deve ser desenhada numa psicologia cultural. Neste momento, Gabriele Schwab vai usar determinados conceitos de Mikhail Bakhtin. Para Bakhtin, nós não podemos

¹¹ Ibid., p.44

ser nós mesmos sem o outro e, assim, só devemos nos encontrar, de fato, no outro. Além disso, somos informados por Schwab de que, nos estudos de Bakhtin, a teoria da linguagem é inseparável de uma psicologia na qual o psicológico, o corporal e a linguagem, formam uma unidade inseparável. A premissa básica da antropologia filosófica de Bakhtin, consiste no que ele chama de absoluta necessidade estética do outro.

Segundo a argumentação de Schwab, na psicologia cultural de Bakhtin o olhar não é um meio de alienação, conforme a concepção de Lacan, de que na fase do espelho, o sujeito sucumbe narcisicamente à ilusão de unidade, mas é sim, um meio de realização. Bakhtin insiste num “vazio” perceptual e emocional da experiência do espelho que se dirige à carência do outro. Isso faz com que a visão de Bakhtin seja contrária às de Lacan e de Sartre. Para o primeiro, existe uma reciprocidade fatal entre formação do sujeito e o olhar do outro e, para, o segundo, existe uma pseudo-singularidade, que se tenta preservar nas espirais infinitamente regressivas que se formam na interação de dois olhares subjetivos e autoconscientes. Isso porque Bakhtin percebeu um mútuo olhar de sujeitos que encontram a si mesmos no exterior, no outro ou no limite do outro, destacando que a tentativa de se escapar do outro, significa perder a si mesmo.

Seguindo essa linha de pensamento, a autora faz uma aproximação dessa concepção de olhar o outro em Bakhtin, resumida na expressão “encontrar a si mesmo no lado de fora”, com o que Todorov chamou de exotropia. Aqui é reconhecido que, ao aceitarmos os padrões de acordo com os quais uma cultura constrói a alteridade, estamos ligados a sua formação sócio e psicogenética de sujeitos em relação ao outro. Não só a antropologia de Bakhtin, mas também a sua estética estão sobre a base de uma teoria psicológica do cultural. Exotropia é encarada aqui como o modo básico da produção e principalmente da recepção artística, pois a leitura é vista enquanto vinculada com o olhar do leitor que absorve o texto numa tensão de semelhança e diferença, na qual este encontra a si mesmo no limite de transformar o outro, em um “eu-outro” (self-other).

No contexto destas reflexões de Bakhtin, existe uma especial preocupação com a questão da história coletiva e individual da leitura. É justamente deste ponto, que Schwab parte para tratar das nossas experiências iniciais de recepção, ao ouvir e até mesmo ler histórias na infância, as quais serão preservadas pelo resto de nossas vidas como uma fonte vital de prazer. Então,

segundo essa visão, nossos modelos iniciais de leitura não serão abandonados, mas serão alterados e fundidos com novos modos de leitura que adquirimos posteriormente. Diferentes modos de leitura podem ser completados ou suplementados por outros, conforme necessidades psicológicas e históricas.

Quanto mais desenvolvemos nossos hábitos de leitura, mais diferenciados, complexos e ambivalentes eles se tornam. Tal processo é semelhante ao que acontece com as crianças quando começam a perceber o mundo de fora como algo diferenciado, o mesmo acontece com o mundo ficcional e seus personagens. Na relação com o mundo ficcional, o intercâmbio com a alteridade entra em jogo; aí surgem formas não destrutivas de se lidar com o Outro e também de se distinguir-se enquanto eu. Ou seja, na interação com o mundo ficcional, os modos arquetípos de enfrentar a alteridade (rejeição e assimilação) são transgredidos; por exemplo, as crianças muitas vezes desenvolvem uma rejeição e, ao mesmo tempo, uma fascinação, por personagens considerados maus.

Todo esse conjunto de reflexões que envolvem a exotopia, e os arquetípos das relações com a alteridade (rejeição e assimilação) serão articulados com os estudos de Winnicott sobre o desenvolvimento da criança, linguagem, alteridade e arte, no que este autor chama de espaço transicional. Para Winnicott, nas relações iniciais com a linguagem, a criança usa os sons como um objeto transitório, onde ela percebe o seu próprio som como algo interno e externo, simultaneamente. Existe um “eu” e um “não eu” no ato de produzir sons, e isso, constitui um objeto transitório que antecede qualquer objeto cultural. Toda a nossa relação com literatura e com arte em geral, se torna uma espécie de retorno ao objeto transitório, formando um espaço transicional, no qual desfrutamos o prazer de retornar à experiência de sermos nós mesmos, e o outro, simultaneamente. Assim, ler consiste numa experiência de contato com a alteridade interna e externa, onde experimentamos um espaço transicional, no qual nossos próprios limites são postos em suspensão. Enfim uma profunda experiência de contato cultural.

Por outro lado, podemos perceber que na teoria da leitura como contato cultural, não existe um questionamento sobre como e porque um texto é considerado literário, ou seja, existe uma crença na existência de uma essência literária dos textos. Porém, a própria reflexão de Schwab sobre a experiência de

Laura Bohannon, nos faz pensar no caráter social e consensual do reconhecimento de que um determinado texto seja literário ou não. Para os Tiv o ato de contar e ouvir uma história tem funções sociais completamente alheias à idéia dicotômica, que existe na tradição ocidental, de um mundo ficcional, oposto ao mundo real. Desta maneira, apesar da reflexão de Schwab avançar em direção à questão do contato cultural, no qual criamos uma série de interações com o Outro através da literatura, os processos que possibilitaram a construção do conceito de literatura não são levados em conta. Ao mesmo tempo, sua crença num caráter salvacionista da linguagem literária, num mundo dominado pelas tecnologias visuais da informação, mantém-na presa a uma tradição que, em muitos momentos, reivindica uma posição superior da literatura experimental produzida a partir do alto-modernismo, em detrimento das demais experiências culturais surgidas na chamada pós-modernidade.

Nessa linha de raciocínio, acredito que a reflexão sobre o caráter social da construção, do que chamamos literatura e até da própria realidade, pode ser um caminho importante para compreendermos melhor as ações de contato cultural e suas manifestações em diferentes atividades humanas, de uma maneira não dicotômica e nem reducionista. Para aprofundar essas questões, estabelecerei, a partir deste ponto, um diálogo com as perspectivas construtivistas de Stanley Fish e de Siegfried J. Schmidt.

Na visão de Stanley Fish¹², teórico norte-americano do *reader response criticism*, os leitores criam os textos e não os interpretam; logo, o sentido atribuído a um texto é criado cognitivamente pelo leitor, pertencente momentaneamente a uma “comunidade interpretativa”. Desta maneira, leitores pertencentes a determinada “comunidade interpretativa” constroem textos semelhantes, de acordo com as concepções, valores, conceitos, compartilhados por sua comunidade. Ao mesmo tempo, leitores inseridos em “comunidades interpretativas” diferentes, construirão outros textos.

A concepção de “comunidade interpretativa” e a ênfase dada à sua influência em processos cognitivos de leitores, consistem num ponto de semelhança entre a teoria de Stanley Fish e os pressupostos teóricos da Ciência da

¹² FISH, Stanley. Is there a text in this class? The authority of interpretive communities.

Literatura Empírica¹³. Isso porque, a Ciência da Literatura Empírica é produzida na perspectiva construtivista baseada em pressupostos epistemológicos e meta-teóricos que, através de conceitos como consenso, intersubjetividade e sistemas auto-poiéticos, explicam os processos de construção do conhecimento, de teorias e da própria realidade. Em outras palavras, é a internalização de determinadas formas de percepção que constrói a realidade e não o contrário. Entretanto, os processos de construção, produzidos por intersubjetividades e consensos momentâneos, não estão limitados à análise de atividades de criação e recepção de textos, como na visão de Stanley Fish, mas estendem-se a todos os campos da vida humana.

Neste sentido, a sociedade é entendida como um sistema de sistemas de ações sociais, como a política, a educação e a economia, organizado de forma autopoética, ou seja, os próprios elementos do sistema é que o constroem e o observam. A cultura de uma sociedade, pode ser entendida como um modo específico de desenvolver, combinar e avaliar processos de produção de modelos de realidade, ou seja, culturas diferentes apresentam inúmeros modelos de realidade, valores, experiências e visões de mundo.

Em consequência, a literatura é concebida conforme um modelo de ação literária, e não a partir de textos literários. Ações literárias são realizadas somente quando alguém produz ações através de um texto, que é considerado literário, de acordo com as convicções poéticas. Os conjuntos de ações literárias referentes aos textos, considerados literários por aqueles que realizam tais ações, formam, o que é chamado nesta perspectiva teórica, de sistema literário. A partir desses princípios, Siegfried J. Schmidt¹⁴, um dos teóricos da Ciência da Literatura Empírica, propõe uma nova perspectiva para os estudos da literatura, na qual o texto literário não é considerado como uma entidade autônoma. O que é enfatizado, através de sua teoria, são as seguintes dimensões do sistema literário: produção, mediação, recepção e processamento de “textos literários”.

Segundo Schmidt, a diferenciação do atual sistema literário em relação aos demais sistemas é por exercer funções específicas estabelecidas por duas convenções, a convenção estética e a convenção de polivalência. A

¹³ Para maiores detalhes sobre a definição de Ciência da Literatura Empírica leia o livro: OLINTO, Heindrun (org). *Ciência da Literatura Empírica: Uma alternativa*.

¹⁴ SCHMIDT, Siegfried J. *Do texto ao sistema literário. Esboço para a ciência empírica da literatura*. In: Ciência da Literatura Empírica: Um alternativa.

convenção de estética introduz a regra de ação, onde os enunciados de textos considerados literários devem ser dirigidos por valores e normas estéticas, ao contrário das convenções vigentes em outros sistemas que determinam que os elementos lingüísticos referenciais devem se referir a enunciados e ao modelo de realidade compartilhado por um grupo social. A convenção de polivalência introduz como norma, nos limites do sistema literário, o direito que os agentes têm de atribuir ao mesmo texto resultados recepcionais diferentes e satisfatórios. Sendo assim, os sistemas de literatura têm como função: na esfera cognitiva, criar o esboço de modelos alternativos de realidades, de experiências e de vivências; no aspecto normativo, tematizar publicamente conflitos normativos individuais e, no plano emocional, satisfazer as necessidades hedonistas.

Podemos fazer uma busca dos pressupostos que estruturam as perspectivas teóricas, tratadas até o momento, através de uma reflexão sobre o debate teórico estabelecido entre a fenomenologia, no caso, tal como é usada por Gabriele Schwab através da influência de Iser e a teoria sistêmica desenvolvida por N. Luhmann¹⁵. Este debate corresponde a uma espécie de pano de fundo que aproxima a teoria da leitura como contato cultural e a idéia de sistema literário apresentada por S. Schmidt.

A teoria dos sistemas sociais de Luhmann, assim como a ciência da literatura empírica, é uma teoria sistêmica baseada no conceito de autopóiese, desenvolvido por Humberto Maturana, um neurobiólogo chileno. Essa teoria consiste num diálogo com concepções da ciência contemporânea para compreender os fenômenos sociais. Aqui, a sociedade moderna é vista como um complexo sistema de comunicação que tem diferenciado a si mesmo, numa rede de subsistemas sociais interconectados. Cada um desses sistemas, reproduz a si mesmo, conforme as suas próprias observações, porém qualquer coisa que esteja sendo observada é marcada por sua única perspectiva, por seus processos de seletividade, formados por distinções particulares que usam para suas observações.

A teoria de Lhumann é contemporânea à chegada, na Alemanha dos anos 80, da teoria do caos, da noção de realidades construídas e da biologia da cognição, tendo sido, portanto, alimentada por essa linha de pensamento que

¹⁵ LUHMANN, Niklas. *Social Systems*.

recebeu a denominação de construtivismo radical, ainda que tal conjunto de reflexões não estivesse dominado por uma doutrina.

Niklas Luhmann usa o conceito de Humberto Maturana de *autopoíese* para caracterizar operações de sistemas auto-referenciais. De acordo com Maturana, tais sistemas se formam em redes, cujos componentes geram e realizam recursivamente, através de suas próprias interações, essa rede que os produz e os constitui. Os sistemas autopoéticos são incapazes de operar além de seus próprios limites, pois são fechados em relação ao seu ambiente. Entretanto os elementos do sistema não podem criar um mundo material por eles próprios. Um fechamento operacional pede a exterioridade de outros níveis de realidade, que só pode ocorrer em condições ecológicas. O fechamento é redefinido como uma condição da abertura estrutural e vice-versa; assim, a tradicional oposição entre sistema “fechado” e “aberto” é deslocada para a questão: “o fechamento auto-referencial pode criar abertura?”. Desta forma, os sistemas sociais que operam na base da consciência, no que Luhmann chama de sistema psíquico, e da comunicação, são reproduzidos a partir da construção do sentido.

A concepção do social, como um sistema comunicacional de processamento de significados, proporciona uma revisão de concepções sociológicas e filosóficas em relação a temas tradicionais dos debates das ciências humanas e sociais como: o papel da linguagem, o status do sujeito, a possibilidade do conhecimento e outros. Nesta construção teórica existe uma crítica à concepção fenomenológica de sujeito centrado, que é fundamental para a nossa tentativa de compreensão das diferenças entre a idéia da leitura como contato cultural e as perspectivas teóricas da Ciência da Literatura Empírica. Luhmann rejeita a crença de Husserl na existência de um sujeito centrado, incapaz de se harmonizar e interagir com a dimensão social. Isso porque, a fenomenologia husserliana, consiste no que Luhmann chama de uma teoria transcendental que dá destaque exclusivo à consciência.

Sendo assim, nessa teoria sistêmica não existe mais um sujeito privilegiado da cognição, e também não é possível que o princípio do fechamento auto-referencial seja atribuído ou reduzido à consciência. Isso porque, nessa visão, a consciência e o social são considerados dois sistemas autopoéticos separados. Cada qual desenha os seus limites sobre a base de suas próprias operações e

condições de estabelecer conexões, demarcando o que é considerado um meio para o outro sistema.

A partir da contribuição das concepções construtivistas acima citadas, é possível reconhecer a idéia de Wolfgang Iser, retomada por Schwab, que postula a transferência do texto para a consciência do leitor, retomada por Schwab, como uma aplicação do conceito fenomenológico de correlato noemático. Desta maneira, existe em Iser toda uma preocupação de não “contaminar” o ato da leitura com questões psicológicas, históricas e culturais dos leitores. Entretanto, mesmo tentando desviar-se desta determinação fenomenológica em direção de questões psicológicas, históricas e culturais, Schwab não questiona a existência da idéia de um sujeito centrado, inserida nesta concepção. Ou seja, mesmo realizando movimentos de interação com o Outro no ato da leitura, esse sujeito não é visto como um ser que interage em experiências intersubjetivas no mundo social; assim os processos cognitivos e sociais de construção da realidade não são levados em conta. É considerada apenas a experiência de uma consciência individual com textos, onde é colocada em jogo sua própria bagagem psicológica, cultural e social.

Por outro lado, devemos reconhecer que a rica reflexão teórica de Schwab corresponde a todo um esforço de criar conceitos e teorias que consigam produzir instrumentos de compreensão e interação com a multiplicidade de discursos e ações que compõem as sociedades complexas do final do século XX e início de século XXI. Além disso, essa reflexão demonstra um movimento de auto-observação dos processos de construção do conhecimento, desencadeados pela teoria literária. Sendo assim, ao refletirmos sobre a questão da alteridade e suas interações, com o que podemos chamar de literatura, estamos criando questões para alimentar novos estudos onde a própria teoria da literatura se examina no reconhecimento da possível permanência de visões colonialistas, sexistas, racistas e outras posições, que são alvo das críticas sobre as relações de poder nas sociedades.

Ao mesmo tempo, a grande contribuição das teorias de base construtivista é de nos chamar a atenção para o perigo da armadilha de reduzir toda a complexidade das realidades que vivemos em visões dicotômicas, onde apenas cabe aos teóricos encontrar os vencedores e os vencidos, os colonizadores e os colonizados, os incluídos e os excluídos e outros pares desta natureza. Além

disso, devemos destacar a radicalização do exame dos processos de construção do conhecimento que as teorias desempenham, ou seja, para teorias sistêmicas, tais como a Ciência da Literatura Empírica e a teoria dos sistemas sociais de Luhmann, a dimensão epistemológica é fundamental para a interação entre a ação do teórico e os inumeráveis processos de construção de realidades. O teórico não é mais um sujeito centrado que busca a verdade última de seus objetos de estudo, mas sim, um elemento autoconsciente de uma rede de ações intersubjetivas que também têm sua interação com os demais sistemas, como os sistemas político, econômico, artístico e outros.

1.3 Sistema artístico e literário, contato cultural e ecossistema

Reunindo os temas desenvolvidos até esse ponto da análise, retorno à metáfora do ecossistema, através do foco na interação entre o sistema artístico e literário e os demais sistemas sociais. Desse modo, busco compreender, como as ações de contato cultural, criadas através de processos literários, podem construir movimentos rizomáticos, singulares, onde a ordem vigente não vigora. Por outro lado, observo como determinadas ações, formadoras do sistema literário, podem manter posturas dicotômicas, maniqueístas, padronizadoras e controladoras de ações.

Desta maneira, é plausível acreditar que os movimentos rizomáticos, desencadeados por ações do sistema literário, podem construir ações a partir de um determinado espaço social que corresponde, na minha metáfora, a um “ecossistema”, um conjunto de sistemas interagindo a partir de ações humanas. Além disso, destaco que as ligações entre o sistema literário e a sociedade, são mais complexas do que sugere a imagem de um rio subterrâneo, que nem consegue tocar as suas margens.

Na verdade, acredito que aquela metáfora se originou da permanência, no meu pensamento, de algumas noções de ecologia que obtive durante a minha vida e da percepção do alto grau de interação das diferentes dimensões da vida social, formando assim inicialmente pontos de semelhança. Isso porque, no momento em que formulei essa metáfora, passei a observar as conexões entre diferentes elementos e sistemas. Entretanto, é necessário explicitar que não estou tratando de relações sistêmicas no plano social como uma cópia das interações de

sistemas vivos na natureza. A aproximação desta forma de pensar os espaços sociais, com a idéia de um ecossistema, pode ser explicada a partir da concepção de N. Luhmann sobre as conexões entre sistemas autopoieticos e seus ambientes. Para Luhmann, os sistemas autopoieticos são incapazes de operar além dos seus limites, mas, ao mesmo tempo, eles não podem criar um mundo material por si mesmos e assim necessitam da exterioridade de outros níveis de realidade. Isso não poderia ocorrer fora de condições ecológicas de um ambiente que serve como um correlato das operações auto-referenciais do sistema.

Apresentada essa aproximação metafórica, é importante demonstrar como na Teoria de Luhmann houve, como na tese de Maturana e Francisco Varela, deslocamento desta idéia de sistemas autopoieticos do âmbito da biologia para plano das sociedades humanas. Nesse deslocamento encontro a ligação entre a metáfora do ecossistema, que pré-figurava essa minha reflexão sobre as ações sociais, e a concepção de Luhmann de sistemas sociais. Desta forma, a questão da auto-reprodutividade dos sistemas, estudada por Maturana e Varela, fundamental para a compreensão de como os sistemas autopoieticos se recriam a partir de seus próprios componentes, tornou-se um problema para a criação da idéia de sistemas sociais. Isso porque, era possível descrever o sistema social apenas em termos de um determinado conjunto de componentes que funcionalmente interagem, mas não como uma rede de produção dos seus próprios componentes. Esse problema é resolvido por Luhmann, ao considerar que os elementos básicos dos sistemas sociais consistem em comunicações, eventos que desaparecem no tempo, que criam redes que produzem comunicações e assim permitem a emergência de ordens de complexidade temporalizadas. Desta forma, a reprodução do sistema social é realizada a partir da construção de sentidos. Isso diferencia o sistema social de outros sistemas auto-poiéticos que necessitam, para se reproduzir, de processos químicos, no caso de células, ou de impulsos neurofisiológicos, como no caso de um cérebro.

A partir das considerações anteriores, passo a tratar os sistemas sociais em sua complexidade, através da aproximação metafórica com o “ecossistema”. Assim, os cursos comunitários, grupos de ação social, grupos de alunos que observei e até convivi, em alguns casos, enquanto sistemas sociais autopoieticos, envolvem os diversos tipos de relação entre seus elementos, e destes com o conjunto.

O conceito de sentido desempenha um papel importante para a teoria dos sistemas sociais, onde se identifica um horizonte de possibilidades que está virtualmente em todas as suas atualizações. Estando entre o possível e o atual, o sentido é uma categoria que designa o meio através do qual os sistemas sociais processam o mundo de complexidades. O sentido é um resultado da produção de informação, via a criação de diferenças. Nesta perspectiva, o sentido não é baseado numa realidade externa, como se fosse uma representação ou espelho desta realidade, mas reside no limite auto-referencial de uma consciência que existe apenas e através de suas operações autopoieticas que, ao selecionar um horizonte auto-produzido de referências excedentes, reproduz aquele horizonte, sem esgotar suas possibilidades ou transgredir seus limites.

Considerando essa concepção de sentido, creio que encontramos nos processos de comunicação e significação, produzidos a partir de ações do sistema literário, movimentações rizomáticas que possibilitam novas e singulares interações com outros sistemas sociais, onde contatos culturais, e negociações com a alteridade, são realizados nos atos de produção de comunicação e de sentido. É importante retomar o que foi dito sobre as convenções e funções que compõem o sistema literário, para apresentar uma compreensão das interações entre o sistema literário e um determinado sistema social que observei e de que participei : o curso pré-vestibular comunitário de Vila Isabel .

Lembro que as funções do sistema literário são, conforme nos mostrou Schmidt: criar, no plano cognitivo, o esboço de modelos alternativos de realidades, de experiências e de vivências; no aspecto normativo, tematizar publicamente conflitos normativos individuais e, no plano emocional, satisfazer necessidades hedonistas. Essas funções são estabelecidas a partir das convenções de estética e a convenção de polivalência. A convenção de estética introduz regras de ação, onde os enunciados dos textos, considerados literários, são dirigidos por normas e valores estéticos. A convenção de polivalência impõe a norma, segundo a qual, os agentes que atuam num sistema literário têm o direito de atribuir ao mesmo texto resultados recepcionais diversos e satisfatórios .

Vivenciei uma demonstração de interação entre a convenção de polivalência e as ações políticas, quando iniciei o trabalho de práticas leitoras no curso pré-vestibular comunitário. Na primeira atividade, ocorrida em março de 2000, na qual eu e os alunos lemos três minicontos do livro *Contos de amor*

rasgado de Marina Colassanti e assistimos um vídeo clipe *Another brick in the wall*, do grupo de rock *Pink Floyd*, estabeleci que cada um iria apresentar a sua compreensão do que foi lido. Uns 11 alunos dos 16 presentes, participaram e expressaram de forma clara suas diferentes interpretações. No término da atividade, muitos deles [uns 8 ou 9 alunos] disseram que não sabiam, que se podia ler daquele jeito, os textos de literatura e o videoclipe; referiam-se ao fato de que um mesmo texto ou filme poderiam proporcionar várias interpretações. Um deles disse, no fim do debate: “achei muito legal esse negócio de cada um poder ler como desejar um texto, pois nunca na minha vida pensei nisso”.

Identifico que essa convenção não é geralmente compartilhada no contexto educacional brasileiro, pois muitos alunos dos primeiros seguimentos escolares e do ensino médio, são conduzidos a ler textos a partir da busca de um “verdadeiro” sentido das obras literárias e da imposição institucional de responder fichas de leitura e questionários. Eles têm testes e provas, onde devem responder “corretamente” questões de interpretação, uma vez que as respostas estão pré-estabelecidas na edição do professor dos livros didáticos ou nos gabaritos das provas. Nesse exemplo, incluem-se também todas as minhas memórias enquanto estudante, porque, como esses alunos, eu nunca percebi, nem vivenciei, a liberdade de se construírem, várias interpretações para um mesmo texto. Lembro que somente tive contato direto com essa convenção, quando me tornei um agente de leitura do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – ProLer em, 1995. Nessa ocasião, era um graduando do terceiro período do curso de história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e fui selecionado para ser um bolsista de extensão neste programa, no qual fomos treinados para realizar atividades de leitura nas bibliotecas populares do município do Rio de Janeiro. Foi nas oficinas de agentes de leitura que passei a agir de acordo com essa convenção de polivalência e lembro que fiquei encantado com essas possibilidades interpretativas. Por essa razão, tornei-me assíduo leitor de teorias sobre a leitura, a ponto de me especializar nesta área.

Nessa atividade, uma relação intersubjetiva foi estabelecida, e uma nova convenção dentro do sistema literário, foi interiorizada e a vivenciada. Essa situação me fez pensar em certas relações entre o sistema literário e a sociedade, pois neste ponto, estamos tratando justamente de um elemento fundamental da auto-reprodução de sistemas sociais: a produção de sentidos. Acredito que, nessa

experiência em que convivi com um grupo de pessoas que não compartilhavam a convenção de polivalência, formou-se uma perfeita demonstração de como a alteração da idéia que se tinha de como ler, possibilitou a transgressão de normas mantidas pelos consensos, criados por instituições e agentes, no caso, escolas e professores de literatura e língua portuguesa.

Deve-se acrescentar que, além de transgredir o acordo tradicional sobre a forma de como ler textos, as ações realizadas, de acordo com a convenção de polivalência, estabeleceram uma espécie de aproximação com as posições políticas compartilhadas entre os elementos do curso pré-vestibular. Em outras palavras, a liberdade de se construírem vários sentidos para os textos, foi encarada como algo muito semelhante ao espaço que cada aluno do grupo tinha para decidir questões importantes para a manutenção do curso comunitário. Isso porque todas as questões não eram tratadas exclusivamente pela coordenação do curso, como ocorre geralmente nas escolas, mas em assembléias gerais e encontros dos alunos com os coordenadores, onde queixas e sugestões eram ouvidas e ações determinadas consensualmente.

Essa aproximação entre a forma de ler e a de agir nos limites do curso, passaram a ser evidentes, em conversas ou quando realizávamos momentos de avaliação institucional do curso, quando alunos, professores e a coordenação debatiam e estabeleciam as ações que iriam ser realizadas. Nesses momentos, eu ouvia, por parte dos coordenadores, que os encontros de leitura eram fundamentais para o curso, porque além de desenvolver nos alunos a capacidade de interpretar e ajudava no desenvolvimento da participação deles, de uma maneira autônoma e crítica, em relação a todas as atividades e assembléias do curso. Na fala de alunos, percebi que existia um tom de surpresa e interesse, provocado pelos resultados das atividades, pois muitos diziam que eles estavam descobrindo um novo mundo, no qual não tinham medo de dizer o que eles sentiam, e que a cada dia, passavam a acreditar mais na sua capacidade de entender o que estava sendo lido.

Desta forma, a grupo passou a compartilhar esta convenção. Entretanto, a mudança produziu visíveis efeitos que transcendem os limites do sistema literário. Creio que o fato de criarmos um espaço onde a fala e os pensamentos de todos os participantes são valorizados, ao ponto de serem considerados os elementos fundamentais da atividade, permite uma conexão entre

os mesmos elementos e as ações de formação e auto-reprodução do sistema social. Ou seja, os pensamentos e a fala de todos são fundamentais para estabelecer os consensos, e conseqüentemente, as ações nos limites daquele sistema social chamado de curso comunitário.

Acho viável reconhecer que, nesse caso, houve uma interação entre o sistema literário e esse sistema social, em conseqüência, de um processo de seletividade no qual um elemento do sistema literário, o acordo de se aceitarem várias leituras para um mesmo texto, é reconhecido e transplantado para os limites do sistema social, o curso pré-vestibular comunitário. Além disso, devo destacar que a convenção de polivalência, é resignificada a partir da perspectiva do curso comunitário, onde a norma que estabelece que todos têm direito de interpretar os textos, passa a ser incorporada ao objetivo de manter esse sistema social funcionando através da participação, igualmente valorizada, de todos os membros. Considero também, que o ato de produzir sentidos coletivamente possibilitou, a observação do ato de criar sentido, elemento fundamental para auto-criação do sistema social. Por isso, a forma de se ler um texto passou a ser vista como semelhante as normas de relacionamento que mantêm um sentido para a existência do curso comunitário.

Em relação à função de elaborar esboços alternativos de realidade, é possível acreditar que o sistema literário pode produzir uma movimentação indeterminada que permite ao receptor criar uma espécie de *loop*, onde ele mesmo se observa, observa o outro, a sua cultura e outras culturas. Ou seja, nesse *loop* o processo de construção do sentido, ato fundamental de formação e manutenção de um sistema social, permite, por exemplo, que realizemos, uma espécie de viagem para realidades alternativas que corresponde a um entre-lugar, um espaço transicional, no qual conseguimos rizomaticamente nos deslocar de forma indeterminada. No meu entender, é justamente nesse *loop* que surge a possibilidade de contato cultural entre comunidades e indivíduos de culturas diferentes ou de uma mesma cultura, como Gabriele Schwab menciona.

Entretanto, não podemos esquecer que esse *loop* depende de convenções, acordos ou consensos locais e temporários, estabelecidos para determinar os tipos de recepção da obra literária, pois não estamos trabalhando com a idéia de sujeito receptor desligado de sua dimensão social. Deve-se lembrar que essas convenções coordenam processos literários que em outras épocas,

lugares e culturas não existiram e não existem, como no caso dos Tiv ou em muitas das nossas antigas - e ainda muito atuais - salas de aula de todos os níveis do sistema educacional.

Fica evidente que estou articulando o conceito de contato cultural de Schwab e o princípio construtivista de que nós criamos uma versão humana da realidade em que vivemos, e que as culturas são diferentes formas de padronização desses processos. Assim, passo a considerar que o sistema literário pode interferir nos processos de criação de realidades. Um contato cultural pode ser considerado um encontro entre dois ou mais modelos de criação de realidades, a partir de ações intersubjetivas. O caráter auto-referencial e intersubjetivo destes processos pode ser comunicado para a consciência dos sujeitos através da sua auto-observação. Isso permite que, ao observarmos outros modelos de produção de realidades(culturas), o seu caráter construtivo se torna evidente. Nesse ponto, valores e visões de mundo essencialistas, dicotômicas e puristas são facilmente questionados e transgredidos, assim como princípios racistas, sexistas, xenófobos e outros dessa natureza de ação no espaço social.

Conforme tenho abordado até aqui, é possível encontrar uma espécie de movimentação entre as ações produzidas nos limites do sistema literário, no que se refere à convenção de polivalência e à função de criar realidades. Tal movimentação intersistêmica, creio que é rizomática. Digo isso, porque é plausível identificar as características do rizoma, conforme nos apresentam Deleuze e Guatarri, na interação do sistema literário com o sistema social, no caso, o curso comunitário. Ou seja, conexão/heterogeneidade, multiplicidade, ruptura e cartografia podem ser encontradas neste caso.

No que se refere a conexão e heterogeneidade, percebo que o uso da polivalência de significados, limitado inicialmente ao ato de ler os textos, passou a ser conectado ao ato de participar de forma horizontal e plural no funcionamento do curso como um todo. Assim, houve uma conectividade entre pontos de natureza distinta, bem como foram colocados em jogo regimes diferentes de signos e até de não signos. A multiplicidade rizomática desse movimento se manifesta quando a produção de sentidos dos textos não está mais reduzida ao ato da leitura e transforma-se em modelo de atuação no grupo. Ou seja, a multiplicidade da leitura é igual à multiplicidade de ações que não foi definida *a priori*. É essa multiplicidade que fez o grupo mudar a idéia inicial, de fazer

atividades de leitura com o objetivo de preparar os alunos para as provas de interpretação de texto do vestibular, para tornar-se um prazeroso instrumento de mobilização naquele movimento social.

A supressa desta situação representa uma ruptura, na qual, linhas de fuga surgiram espontaneamente. Linhas de fuga que deslocaram os leitores de uma padronização na qual os significados dos textos eram ditados, impostos e as interpretações destes, eram comparadas e avaliadas a partir de uma determinação já pré-estabelecida, na fala da professora mau-humorada e do seu velho livro de respostas. Desta forma, linhas de fuga brotavam de cada leitura, uma completamente diferente da outra, as falas se espalhavam em diversas direções, nunca previsíveis e rompiam com todas as estratégias de intimidação e de controle, que os momentos de leitura nas salas de aula, geralmente apresentavam.

Esse alastramento das leituras, que invade o universo das ações cotidianas de grupos de pessoas e que produz linhas de fuga contra qualquer normatização, corresponde à característica cartográfica e de decalcomania do rizoma. Encontra-se a formação de mapa e não decalques nessa interação, onde não se procura mais um decalque, um modelo que siga apenas uma lógica, mas sim um mapa mutante, desenhado a partir dos processos de criação de realidades.

Deve-se também destacar o aspecto emocional destes processos do sistema literário, pois o prazer em construir interpretações, que são aceitas e valorizadas pelo grupo, produziu também um novo espaço de busca de prazer para esses jovens. O prazer geralmente era um elemento dificilmente associado ao ato de ler, devido à forma burocrática e institucional com que a leitura era geralmente imposta a eles. Desta forma, acredito que o ato de construir significados para as realidades alternativas dos textos literários e sua valorização na prática leitora, satisfaz determinadas necessidades hedonistas desses jovens. Um prazer atingindo agora por participar e dominar algo que sempre foi classificado como sendo exclusivo de outros grupos sociais, de pessoas ditas mais “cultas” e mais “inteligentes”, ou seja, podemos dizer que o prazer vivenciado pelos participantes dos encontros de leitura é um prazer desencadeado tanto pela leitura dos textos, como também, pela sensação de vencer uma barreira. Uma barreira que sempre estabeleceu um limite entre o mundo desses jovens e o mundo da cultura letrada.

Retornando agora para a questão da ligação entre prazer, alteridade e leitura, concordo com Schwab, quanto ao reconhecimento de que o prazer que os

encontros de leitura proporcionaram aos estudantes do pré-vestibular é também fruto do processo no qual o sujeito reencontra o prazer ao retornar à fase da infância em que o seu som era reconhecido como algo de si mesmo(*self*) e simultaneamente de outra pessoa. Isso pode explicar o prazer de compartilhar a compreensão de um mesmo texto com outros sujeitos, pois é necessário ser si mesmo e ser o outro, para perceber como este construiu a sua interpretação. A ausência da imposição das normas que determinam como se deve ler um texto, permite esse movimento de ser si mesmo e o outro, numa atividade de leitura coletiva.

Aqui entramos na reflexão de Schwab sobre as ligações entre os modelos de se lidar com a alteridade e as histórias individuais e coletivas da leitura. As convenções socialmente estabelecidas num dado contexto configuram que tipo de relação com a alteridade será estabelecida a partir da leitura dos textos considerados literários. Ou seja, o que Schwab sugere como algo que se desencadeia naturalmente a partir do texto literário, prefiro considerar como dependente das ações sociais envolvidas na elaboração, distribuição, recepção e leitura crítica de textos. Assim, podemos perceber indícios de que a história da formação do leitor no Brasil, está complementemente ligada à história de certos modelos de como se relacionar com a alteridade, a partir de posturas discriminatórias e elitistas.

Neste momento, acredito que podemos voltar para a questão do espaço entre o sistema literário e a sociedade brasileira. Creio que é justamente nesse aspecto da produção das satisfações hedonistas que encontramos um dos elementos de distanciamento entre muitas pessoas e as ações literárias. Desejo com isso, afirmar que é impossível pensar numa separação entre sistema literário e sociedade, daí a necessidade de reconhecer a manutenção de determinadas práticas que estabelecem um certo tipo de interação entre o sistema literário e a sociedade. No caso brasileiro, formaram-se ações que distanciaram o grande público dos livros, através de práticas de impossibilitar satisfações a partir do desconhecimento e desvalorização das falas de não especialistas sobre os textos ditos literários. Sendo assim, não acredito que exista uma separação entre o sistema literário e a grande maioria da população brasileira, como na imagem do rio subterrâneo que não toca suas margens, mas creio que exista uma relação em

que o sistema literário se apresenta como algo inatingível, estabelecendo, assim uma forma específica de se relacionar com a sociedade brasileira¹⁶.

Nesse sentido, tenho o interesse de compreender como determinados agentes e grupos constroem diferentes interações com o sistema literário e que tipos de reação são criadas no que se refere aos ataques às práticas prazerosas de leitura e de escrita de textos literários, desenvolvidas na história da sociedade brasileira. O que encontramos na história das práticas leitoras no Brasil, é uma genealogia de práticas de controle, de discriminação, de censura e acima de tudo de elitização.

Por outro lado, não é difícil perceber que em outras formas de comunicação, principalmente orais e visuais, a busca de satisfazer necessidades hedonistas é facilmente identificada e resolvida. Desde as práticas populares de contar histórias, até atuais hábitos cotidianos de se assistir telenovelas, filmes e outros produtos, oriundos de meios de comunicação eletrônicos, encontramos vários exemplos desta busca de prazer no ato de interagir com outros sujeitos, por intermédio dessas histórias contadas, ouvidas ou assistidas.

Para isso, precisamos considerar os tipos de interação que se desenvolveram entre a maior parte da população brasileira e os meios de comunicação e como se desenvolvem até os dias de hoje, quando nós temos complexos e variáveis tipos de meios de comunicação e relações de produção e recepção de bens culturais que transcendem os limites da cultura dita nacional e local. Estamos, agora, entrando num espaço onde poderemos explorar ações de democratização, de controle, de discriminação numa ótica mais ampla, por considerar também o papel dos processos de construção de realidades e contatos culturais.

Sistema literário e meios de comunicação constituem um ponto da reflexão sistêmica e construtivista que permite uma melhor compreensão dos processos interativos entre o sistema social e o literário. Deste modo, acredito, essa reflexão está nos conduzindo para a questão de como, no plano histórico, ficam configuradas as relações entre o sistema literário, a mídia e a formação de

¹⁶ Talvez possamos afirmar que na metáfora de Silviano Santiago do sistema literário como um rio subterrâneo a legitimidade da literatura na sociedade brasileira é mínima, daí a importância da ênfase na tese em destacar o papel político da reversão – mesmo que ainda em pequena escala - dessa situação.

leitores e como esses elementos constituem determinadas ações de manutenção ou mudança dos sistemas sociais da sociedade brasileira.

Creio que a análise de um determinado contexto histórico, a publicação em folhetim do romance *Quincas Borba* de Machado de Assis numa revista feminina, tema do próximo capítulo, fornecerá mais elementos para a estruturação dessas reflexões. Isso porque, nesse contexto, estão interagindo todos os elementos abordados até aqui e, ao mesmo tempo, poderemos compreender como determinadas ligações entre meios de comunicação e o sistema literário serão estabelecidas a partir de uma situação na qual o autor, posteriormente tomado como representante máximo do cânone nacional, escreve um romance nas páginas de uma revista que é um tipo clássico de comunicação de massa, uma revista feminina de modas e comportamento. Enfim, busco construir uma análise histórica a partir de uma perspectiva sistêmica e construtivista para apresentar a origem de certas convenções, práticas e interações entre sistema literário, meios de comunicação e sociedade brasileira.